

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/9605	14229/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPE.20.25.DMOSM_"CINETEATRO SÃO GERALDO, BRAGA MEDIA ARTS"_Aprovação da adjudicação e aprovação da minuta do contrato.		
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

ASSUNTO: CPE.20.25.DMOSM_"CINETEATRO SÃO GERALDO, BRAGA MEDIA ARTS" _Aprovação da adjudicação e aprovação da minuta do contrato.

Propõe-se a aprovação da adjudicação ao concorrente em **agrupamento: EDIVALOR - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, S. A. e ESTRUTURAS DO TÂMEGA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, da empreitada supramencionada, pelo valor de **€13.039.169,40 (treze milhões, trinta e nove mil, cento e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 640 dias**, nos termos do Relatório Final em anexo.

Propõe-se ainda a aprovação da minuta do contrato em anexo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Concurso Público: CPE.20.25.DMOSM

Contratação: empreitada de "CINETEATRO SÃO GERALDO, BRAGA MEDIA ARTS".

Preço base (Pb): €13.529.300,00 (treze milhões, quinhentos e vinte e nove mil e trezentos euros) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 730 (setecentos e trinta) dias.

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I - INTRODUÇÃO:

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 27/01/2026, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 20803/2025, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 147, de 1 de agosto de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado o seguinte:



O concorrente M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A., apresentou a reclamação que se anexa, na qual solicita a exclusão da proposta do concorrente em agrupamento das entidades Edivalor - Construção Civil e Obras Públicas, S.A. e Estruturas do Tâmega Construção Civil e Obras Públicas Lda, alegando, em síntese o seguinte:

- que a proposta apresentada não demonstra, de forma suficiente, a capacidade técnica exigida para a execução da empreitada, nos termos do artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho;
- bem como não foi respeitado na proposta vencedora o prazo mínimo de execução previsto no programa do procedimento.

III – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:

Na sequência da reclamação apresentada pelo concorrente M. KAIROS – Engenharia e Construção S.A., o júri do procedimento ponderou por unanimidade não acolher as observações deste concorrente, nos termos seguintes:

Análise:

a) Da falta de demonstração da capacidade técnica para a execução da empreitada.

Cumpre, assim, apreciar o requerido à luz do regime jurídico aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e da legislação especial aplicável à atividade da construção.

Nos termos do CCP, a fase de apresentação e análise das propostas destina-se à avaliação dos atributos submetidos à concorrência, conforme definidos no programa do procedimento, cabendo a comprovação da aptidão técnica, económica e financeira dos concorrentes, por regra, à fase de habilitação do adjudicatário, através da apresentação dos documentos legalmente exigidos.

Por sua vez, o artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 41/2015 consagra a possibilidade de os agrupamentos de empresas aproveitarem conjuntamente da capacidade técnica dos seus membros, desde que disponham efetivamente dos profissionais qualificados legalmente exigidos, não resultando, porém, dessa norma qualquer imposição quanto ao momento procedimental em que tal capacidade deva ser demonstrada, nem a exigência de que essa comprovação integre a proposta, salvo previsão expressa no procedimento.

Acresce que, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, a verificação dos requisitos técnicos e profissionais relevantes para a execução da obra insere-se no âmbito da habilitação e da execução contratual, não constituindo, em regra, requisito de



admissibilidade da proposta, motivo pelo qual não assiste razão à argumentação apresentada pela empresa M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.

b) Do incumprimento do prazo de execução da empreitada.

Relativamente ao prazo de execução, constata-se que a proposta apresentada pela concorrente EDIVALOR, CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS/ESTRUTURAS DO TÂMEGA – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA. prevê um prazo global de 640 dias, em estrita conformidade com o prazo mínimo fixado no programa do procedimento.

Com efeito, o planeamento apresentado discrimina 639 dias destinados à execução da empreitada, acrescidos de 1 dia correspondente à consignação da obra, perfazendo o prazo total de 640 dias.

Conforme decorre do artigo 362.º do CCP, “o prazo de execução da obra começa a contar-se da data da conclusão da consignação”, devendo a leitura de tal artigo ser acompanhada do disposto no artigo seguinte (363.º), onde se estabelece que “a execução dos trabalhos se inicia precisamente na data em que começa a correr esse prazo”.

Ora, salvo opinião diversa e mais esclarecida, a autonomização da consignação no planeamento apresentado pela concorrente EDIVALOR (1 dia de consignação + 639 dias de execução de trabalhos) não só é legalmente admissível como demonstra rigor técnico, uma vez que o somatório cumpre escrupulosamente o prazo mínimo fixado de 640 dias. Assim, a sua autonomização no planeamento não altera, nem reduz, o prazo de execução proposto, antes traduzindo uma correta e transparente calendarização das fases iniciais da obra.

Salvo melhor opinião, não é porque a proposta apresentada distingue internamente um dia do prazo da proposta para a consignação da obra e 639 dias para execução da empreitada que a mesma não cumpre com o prazo global da empreitada de 640 dias.

Sem prescindir, a análise da validade de uma proposta em sede de contratação pública exige uma distinção clara entre os parâmetros base e os fatores de densificação do critério de adjudicação. No caso em apreço, o artigo 11.º, n.º 2 do Programa de Concurso estabelece como parâmetro base de natureza vinculativa o prazo máximo de execução de 730 dias, sob pena de exclusão imediata da proposta ao abrigo do artigo 70.º, n.º 2, alínea b) do CCP.

Por outro lado, a referência aos 640 dias constante na alínea h) do artigo 19.º insere-se num contexto jurídico distinto, o da valorização das propostas. Este valor não funciona como um limite de admissibilidade, mas antes como um "ponto de saturação" para efeitos de pontuação. Isto significa que a entidade adjudicante decidiu premiar a celeridade dos concorrentes apenas até ao patamar dos 640 dias.



Ou seja, o valor de 640 dias funciona como um "pisso" para efeitos de mérito, não valorizando propostas abaixo desse mínimo, impedindo que o seu proponente tenha algum ganho extra em relação às propostas que respeitem esse prazo – antes o equiparando a estes.

Assim, a indicação de um prazo de execução inferior aos 640 dias não tem como consequência, de per si, a exclusão da proposta, mas apenas determina que os dias de prazo inferiores àquele limite não sejam valorizados na mesma.

Desta forma, se um concorrente apresentar um prazo global de 640 dias — independentemente de como este se decompõe internamente, como a distinção entre o dia de consignação e os dias de execução efetiva — a proposta não só é perfeitamente admissível (por estar abaixo do teto de 730 dias), como atinge o patamar máximo de eficiência valorizável. Eventuais prazos propostos abaixo deste limite de 640 dias não seriam causa de exclusão, mas apenas resultariam na não atribuição de pontuação incremental, uma vez que o benefício marginal para o interesse público foi fixado naquele patamar. Em suma, a proposta em causa cumpre escrupulosamente o programa do concurso, não existindo fundamento legal para a sua exclusão, já que o prazo apresentado respeita o limite máximo vinculativo e enquadra-se na métrica de avaliação prevista.

Conclusão:

Face ao exposto, somos forçados a concluir que a demonstração da capacidade técnica do agrupamento não era exigível na fase de apresentação das propostas, não se verificando qualquer violação do disposto no artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 41/2015, nem do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, bem como a proposta apresentada pela concorrente EDIVALOR, CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS/ESTRUTURAS DO TÂMEGA – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA. respeita o prazo de execução previsto no programa do procedimento, assentando os fundamentos invocados na pronúncia numa interpretação incorreta do regime jurídico aplicável.

Em consequência, é indeferido o pedido de exclusão formulado pela concorrente M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., mantendo-se as conclusões constantes do relatório preliminar.

IV – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao anteriormente exposto, o júri deliberou por unanimidade, propor a ordenação da única proposta admitida em resultado da aplicação do critério de adjudicação, de acordo com o Relatório Preliminar nos termos seguintes:



Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	Agrupamento: EDIVALOR-CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, S.A. e ESTRUTURAS DO TÂMEGA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS LDA.	€13.039.169,40	640 dias

V – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

V.I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente em **agrupamento: EDIVALOR - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, S. A. e ESTRUTURAS DO TÂMEGA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€13.039.169,40**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 640 dias**.

V.II – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação dos compromissos n.º 134309 e n.º 134442, ambos de 19/03/2026.

V.III – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 24.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

V.V – Documentos de Habilitação

Nos termos dos artigos 23.º e 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação e da Caução é de 10 (dez) dias úteis.



V.VI – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

V.VII – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato;
- Para prestar Caução;
- Para apresentar o contrato de consórcio.

19 de março de 2026

O Júri do Procedimento,

